



RECONSTRUINDO LAÇOS DE RESISTÊNCIA: UMA INTERPRETAÇÃO GEOHISTÓRICA DAS LUTAS DO CAMPESINATO NEGRO NO CEARÁ COMUNIDADE QUILOMBOLA DE NAZARÉ - ITAPIPOCA-CE

Carlos Wellyson dos Santos Aguiar

Anne Catherine Ferreira dos Santos.

Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

RESUMO

Os quilombos rurais no Brasil surgiram no século XVI, como uma das formas de resistência às condições de vida e trabalho impostas no período colonial e imperial. No período contemporâneo os quilombos rurais buscam cobrir os diferentes contextos da posse e uso das terras do campesinato negro no país. É sobre essa temática que envolve o percurso do reconhecimento das terras das comunidades negras que se aborda neste trabalho. Um documento como uma certificação, que é um dos momentos básicos para uma comunidade quilombola rural demarca as barreiras dos seus territórios, consolidar os seus direitos, a sua geo-história, ancestralidade. Os povos quilombolas do campo com a espacialização das trajetórias de sua vida ao longo no tempo é uma das maneiras de ser o contador de histórias e sua compreensão do espaço. Essas trajetórias quando partem das comunidades rurais quilombolas é uma conquista que além de acrescentar o sentimento de que se pode mais, e que está presente, bem como, traça futuro para os que virão e traz esperanças.

Palavras chave: Quilombo rural; Geo-história; Resistência; Comunidade rural negra.

RECONSTRUCTING BONDS OF RESISTANCE: A INTERPRETATION GEOHISTORICAL OF STRUGGLE OF THE BLACK PEASANTRY IN CEARÁ. QUILOMBOLA COMMUNITY OF NAZARÉ - ITAPIPOCA- CE.

ABSTRACT

The rural quilombos in Brazil emerged in the 16th century, as one of the forms of resistance for the living and working conditions imposed in the colonial and imperial period. In the contemporary period the rural quilombos seek to cover the different contexts of possession and use of black peasantry lands in the country. It is about this theme that involves the route of land recognition of black community lands that is addressed in this work. A document as a certification, that is one of basic moments for a rural quilombola community demarcate as barriers their territories, consolidating their rights, the their geohistory and ancestry. The quilombola people of the countryside with the spatialization of the trajectories of your life over time is one of the ways to be the storyteller and their understanding of the space. These trajectories when they leave the rural quilombola community is a achievement that in addition to increasing the feeling that you can do more and that you are present, as well as, it makes a future for those to come and brings hope.

Key words: Rural quilombo; Geo-history; Resistance; Rural black community.

RECONSTRUYENDOLAZOS DE LA RESISTENCIA: UNA INTERPRETACIÓN GEOHISTÓRICA DE LAS LUCHAS DEL CAMPESINADO NEGRO EN CEARÁ. COMUNIDAD QUILOMBOLA DE NAZARÉ - ITAPIPOCA-CE.

RESUMEN

Los quilombos rurales en el Brasil surgieron en el siglo XVI, como una de las formas de resistencia a las condiciones de vida y de trabajo impuestas en el período colonial y imperial. En el período contemporáneo, los quilombos rurales tratan de abarcar los diferentes contextos de tenencia y uso de la tierra por parte del campesinado negro en el país. En este trabajo, se aborda el camino del reconocimiento de las tierras de las comunidades negras. Reflexionaremos sobre que un documento, como una certificación, es uno de los elementos básicos para que una comunidad rural quilombola pueda delimitar las barreras de sus territorios, consolidar sus derechos, su geohistoria y su ancestralidad. Con la espacialización de las trayectorias de vida en a lo largo del tiempo de los pueblos quilombolas del campo, estos pueden ser narradores de historias y de su comprensión del espacio. Estas trayectorias, cuando parten de las comunidades rurales quilombolas, son un logro que, además de añadir el sentimiento de que se puede hacer más, trasa el futuro para los que vendrán, trayendo esperanza.

Palabras-clave: Quilombo Rural; Geohistoria; Resistencia; Comunidad rural negra.

AS COMUNIDADES RURAIS QUILOMBOLAS NO CEARÁ: AS RESISTÊNCIAS E AS LUTAS PELOS SEUS TERRITÓRIOS

O espaço agrário brasileiro pode ser compreendido a partir de duas grandes teses. Uma que defende que não existe uma questão agrária, portanto, o desenvolvimento capitalista no campo resolveu os problemas com os conhecimentos científicos e tecnológicos, que tornou o Brasil um dos maiores produtores mundiais de vários produtos agrícolas e proteínas animais. Portanto, o país deve continuar apoiar de todas as formas agronegócio. A outra tese, reconhece a questão agrária brasileira em sua complexidade como um dos problemas que torna o Brasil o 2º do mundo em concentração de renda, e em desigualdade social, conforme

relatório da ONU de 2019. Nesse caso, o caminho passa por uma reforma agrária popular, apoio massivo aos povos do campo como as comunidades camponesas, quilombolas, indígenas, ciganas, pescadores artesanais, ribeirinhas e etceteras.

Nesse contexto, a construção do espaço nacional ocorreu alicerçada na primeira tese, logo, ainda, não é realidade para a organização e reconhecimento das comunidades quilombolas no território brasileiro, pois o processo de reconhecimento da posse e uso da terra para ter direito a titulação enfrenta desde o aparato burocrático do Estado, a opressão concreta, psíquica e simbólica.

Assim como, racismo estrutural, conforme Almeida (2019), é fruto de um processo histórico que permeia construções de sujeitos e até mesmo as instituições públicas e privadas. Ou seja, todo o processo contido neste estudo que envolve as comunidades rurais quilombolas e a sociedade Brasileira tem por base o entendimento do racismo como característica fundante e essencial para compreensão do Brasil.

Os avanços e recuos dos movimentos sociais e sindicais do campesinato passam pelas retomadas das ações de ocupações de terras, os embates por uma política de reforma agrária popular, pois conseguiram transformá-los, não somente numa "categoria social" reconhecida, mas em um sujeito político, que muitos já consideravam extinto (BEZERRA. 2017).

No caso do Estado do Ceará, alguns estudos constataam a precariedade e a especificidade da história da organização social e produtiva do campesinato como Alencar (2005); Silva (2016), Alencar, Sampaio e Félix (2013); Sampaio et al (2014); Matos (2017) são alguns exemplos destes estudos.

Para Ferreira Sobrinho (2011) no Ceará:

Ainda são incipientes as pesquisas de estudos da resistência escrava. Durante um longo tempo, a historiografia cearense sobre escravidão esteve sob o domínio de uma perspectiva de análise marcadamente "liberal positivista" (aspas no original), havendo pouca ou quase nenhuma mudança em relação ao que ocorrerá no âmbito nacional (p.33.)

Ainda de acordo com o autor no início da pesquisa de mestrado "era assustador o silêncio e o número reduzido de estudos sobre o negro cearense. Hoje, reconhece-se que, pelos novos rumos da história, com novas posturas teóricas e metodológicas" (FERREIRA SOBRINHO, 2011, p. 33).

Sobre as comunidades quilombolas rurais do Ceará em 2019, foi elaborado o primeiro mapeamento das comunidades cearenses pelos próprios quilombolas, coordenado Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) e da Comissão

Nacional de Articulação Quilombolas (CONAQ), financiado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) vinculado ao Governo do Estado do Ceará.

As comunidades remanescentes de quilombo adaptaram-se a viver em regiões por vezes hostis, em decorrência das diversas formas de violências físicas e simbólicas. Apesar disso, mantiveram e adaptaram as suas tradições culturais, religiosas ao ambiente, e com isso, aprenderam a tirar o sustento da natureza, ao mesmo tempo, em que se tornaram responsáveis por sua preservação e manutenção do modo de vida, bem como interagindo com outros povos e comunidades tradicionais. As comunidades quilombolas rurais são constituídas por famílias camponesas de agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas dentre outras, e algumas até desenvolvem atividades de turismo com base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar (Fundação Palmares).

Com relação ao entendimento da expressão comunidade rural ou urbana remanescente de quilombola, conforme Gomes (2015; 2018 IN: Schwarcz e Gomes; Organizadores) são múltiplos. Para Comissão Pastoral da Terra (CPT):

“No Brasil é difícil encontrar uma palavra com igual força, vigor e poder, como a palavra quilombo. Quilombo nasceu da luta emblemática contra a denominação colonial sobre os negros escravos. (...). Quilombo é uma forma de ser, de existir. Os grupos desenvolvem estratégias, acordos, contratos que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros que daalusão a uma determinada ancestralidade”

Para o Estado brasileiro somente com o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, determina que “aos remanescentes das comunidades dos quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade privada definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Entretanto, a regulamentação somente aconteceu em 2005, após Decreto no. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que estabelece “A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombolas será atestada mediante **autodefinição** da própria comunidade” (§1º. do artigo 2º).

No Ceará, nós começamos a entender um pouco sobre comunidades rurais quilombolas com mapeamento de 2019, (CONAQ, CERQUICE, SDA e Governo do Ceará). Esse trabalho se desenvolve para além da construção do documento como saber onde cada uma delas está, mas é a construção de um pertencimento, de afirmação de uma identidade política desses povos negros do campo. Com disciplina, organização e método num período de dois anos elaboram um mapa da distribuição espacial pelo território do Ceará, mas também, catalogaram uma série de informações sobre luz, água, saúde, educação entre outras que fornecem base para subsidiar as políticas de estado, e são ferramentas para as lutas

específicas de cada comunidade rural quilombola, e para projetos coletivos de re - existências das comunidades rurais quilombolas cearenses.

Conforme esse documento, no Ceará encontramos 87 comunidades rurais quilombolas registradas e certificadas pela CERQUICE, sendo Caucaia o município com maior concentração destas contando com 9 comunidades, tendo uma representação de 10,3% da totalidade do Estado. Desse número total, no momento em que o mapeamento foi feito, a Fundação Cultural Palmares havia certificado 49 dessas comunidades, representando 56,3% do total. E ainda assim, o que chama mais atenção de todo esse processo é que, ainda em maio de 2020, não há nenhuma comunidade rural quilombola com título definitivo da terra emitido pelo INCRA-Ce.

A certificação é uma das ferramentas básicas para um comunidade, o documento torna-se mais do que papel, para o rompimento das barreiras e da demarcação do entendimento dos seus territórios. A certificação definitiva é ponto de chegada e partida para consolidação das lutas por seus direitos. Mas ainda assim, 30 comunidades (Ver QUADRO 1) ainda se encontram no processo de certificação, algumas ainda fortalecendo o próprio autoreconhecimento. Reconhecimento esse que dentro dos limites das próprias comunidades também é consequência de uma construção histórica, estrutural do racismo, de um imaginário desvirtuado de um povo escravizado. Os Quilombolas rurais além de sofrerem racismo por conta da cor de sua pele, ainda são discriminados por duas características que carregam: descendentes de pessoas escravizados e serem do campo.

QUADRO 1: COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO, ESTADO DO CEARÁ.

	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
1	Aurora	Aurora
2	Aurora	Sítio do coxa
3	Potengi	Sassoré
4	Potengi	Catolé
5	Araripe	Cachoeirinha
6	Araripe	Coqueiro campina de fora
7	Araripe	Sítio arruda
8	Salitre	Sítio quinças

9	Salitre	Serra dos noqueiras
10	Salitre	Serrinha
11	Parambu	São gonçalo
12	Parambu	Serra dos rodrigues
13	Parambu	Serra dos paulos
14	Milhã	Carnaubinha
15	Solonópoles	Estrela
16	Quixeramobim	Mearim
17	Quixeramobim	Bom futuro
18	Novo oriente	Paraná
19	Novo oriente	Santo antônio
20	Tamboril	Barriguda
21	Canindé	Bem fica
22	Trairí	Beja bode
23	Uruburetama	Serra do ouro
24	Morrinhos	Curralinhos
25	Morrinhos	Junco manso i
26	Morrinhos	Alto alegre
27	Cruz	Caiçara de baixo
28	Marco	Batoque
29	Marco	Cedó
30	Sobral	Patriarca

FONTE: MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ- CERQUICE, 2019. Org: AGUIAR, C. W. (2019).

A caminhada até a emissão do título é longa e pode demorar anos, já que envolve muitos interesses com diferentes intenções de interesses políticos divergentes e simbólicos na disputa de terras no Ceará. Esse processo ocorre de maneira suscita em seis fases. Já admitindo que a mesma se autoreconhece. Na primeira, a comunidade se apresenta junto da Fundação Palmares e emite o certificado, para só então preparar os documentos e dá entrada no Incra do Estado requerendo o início do processo para receber o título definitivo. Em seguida, vem as fases dois, três, quatro, cinco e seis quando é finalizado o processo com a entrega do título definitivo. (V. quadro 2)

A realidade de muitas comunidades rurais quilombolas encontra-se a partir de pessoas que são referências, que tomaram as responsabilidades e passaram a construir uma identidade

coletiva, partindo das suas necessidades enquanto sujeitos, mas também no que unia a comunidade para além da aproximação geográfica e dos graus de parentesco.

QUADRO 2: PROCESSO DE TITULAÇÃO QUILOMBOLA		
1	AUTODEFINIÇÃO	Apresentação ao INCRA do documento de autoreconhecimento emitido pela fundação palmares
2	ELABORAÇÃO DO RTID	Relatório feito por antropólogos após visita in loco e pesquisas etnográficas
3	PUBLICAÇÃO DO RTID	Publicação no diário oficial da união e no diário oficial do estado, onde os interessados têm até 90 dias para contestação
4	PORTARIA DE RECONHECIMENTO	Encerra-se com a publicação da mesma por parte do presidente do INCRA que reconhece o território quilombola no diário oficial da união
5	DECRETO DE DESAPROPRIAÇÃO	Necessário um decreto presidencial, onde os imóveis privados serão vistoriados e avaliados de acordo com o preço de mercado
6	TITULAÇÃO	O presidente do INCRA titula mediante outorga de título coletivo, imprescritível e indivisível à comunidade quilombola.

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, 2017. Org: AGUIAR, C. W. (2020).

Neste sentido, procuramos contribuir na luta das comunidades rurais quilombos e a sua incorporação na importância geohistórica do Estado, uma nova forma de enxergar e construir um processo longo, inacabado e que a espacialização ocorreu de tal forma que demarca os territórios que construíram comunidades rurais quilombolas de resistências e de lutas. Falar das comunidades rurais quilombolas que são referências nas lutas e nas resistências é também, trazer o processo de invisibilidade que eles passam, que muitas vezes eles não se reconhecem.

COMUNIDADE RURAL QUILOMBOLA NAZARÉ – ITAPIPOCA, CEARÁ

A Comunidade Rural Quilombola de Nazaré é formada por 47 famílias na serra de Uruburetama, numa altitude média de 680 m, que é de difícil acesso, sendo esta uma das

estratégias para proteção quilombo, bem como, para guardar os saberes, a cultura, a religiosidade, o modo de vida. Localizada no município de Itapipoca e distante 13 Km da sede municipal. Esse espaço remete a pensar a produção no aspecto geoambiental da serra, isto é, qual a produção da agricultura em virtude clima, solo, disponibilidade de água e chuvas na comunidade potencializam o trabalho e produção de frutas como banana, manga por conta do clima de serra ser favorável a esses tipos de cultura, além da cultivo da cana para produção de rapadura e mel, mandioca, feijão e milho e os animais de pequeno porte.

Em 2005 A Comunidade iniciou o seu processo de caminhada para requerer o título definitivo ao se identificar com a auto declaração Comunidade Rural Quilombola. Esse era sonho que acompanha os quilombolas já faz tempos, em virtude das necessidades da comunidade e de seus direitos básicos como educação, saúde, acesso, energia elétrica, saneamento que são fatores que dificultam a permanência das famílias quilombolas dentro do território. A energia, por exemplo, que hoje em dia parece ser direito básico, dá uma falsa sensação de que sempre esteve presente no cotidiano, o que não é uma realidade ainda para muitas das comunidades rurais quilombolas no Ceará. Tal reflexão pode ser um ponto de partida para também entendermos o processo de invisibilidade e precarização que parte desses lugares que foram e ainda são submetidos, já que a transmissão da energia elétrica através da CHESF chegou ao Ceará no início da década de 1960. Outra grande conquista da comunidade, mesmo que ainda de forma muito precária por conta do relevo, foi a construção de estradas que vieram a facilitar a locomoção. Não há interesse em romantizar a luta pelo fortalecimento da identidade da comunidade e empoderamento dos quilombolas, pois é necessário ter o que se alimentar, onde estudar e condições de trabalho, e isso também perpassa por essa capacidade de mobilidade em prol de ganhos e melhorias de vidas, que essa identidade está intrinsecamente ligada à condições materiais para sobrevivência, dignidade e permanência dos povos negros com todo as suas características de ancestralidade, cultura, diversidade...

Apesar de ser certificada como Comunidade Rural Quilombola Nazaré, algumas das famílias não se identificam enquanto quilombolas. Essa não identificação é fruto de um processo histórico nada específico dessa comunidade, e sim fazendo parte de uma relação impregnada pelo passado escravista e do racismo no Brasil.

Muitas dessas famílias, mesmo que com perfis diversos de composições, uns que se identificam enquanto quilombolas, outros não, e até pessoas parentes dos posseiros das terras e que durante muito tempo tiveram conflitos para defender sua identidade como quilombola.

Apesar desses parentes dos posseiros do conflito estarem incluídos na contagem das famílias dentro da comunidade, há uma certa negação desse documento por parte dos mais jovens da comunidade.

Uma parte das terras da comunidade quilombola é um território sob posse e dividido entre três famílias de irmãos, que a partir de agora chamaremos de os Alves, que fazem parte de uma família composta de descendentes dos senhores de escravos, que ainda hoje não tem uma boa relação com muitos dos quilombolas que estão nesse território, principalmente, aqueles que assumem uma postura mais incisiva e política na busca dos seus direitos.

Ressaltamos que a relação de vizinhança com os posseiros da família dos Alves são uns 50 m de distância dos locais que a comunidade utiliza para se reunir, o que torna o lugar das reuniões conflituoso e gera vários tipos de violências. Mas, essa vulnerabilidade com relação a posse e uso da terra que da comunidade, por outro lado, é uma forma de reforçar o local histórico de subalternidade das comunidades quilombolas e dos movimentos negros rompendo com esse imaginário. Essa postura politizada durante muito tempo foi tido como um grande objetivo para formação e envolvimento políticos desses sujeitos para impactar as políticas propostas municipal, estadual e nacionalmente.

GEOHISTÓRIA: ORALIDADE E PROJETO COLETIVO DE VIDA QUILOMBOLA

A Geografia se encontra nos discursos que são construídos pela sociedade nos processos históricos, colaborado nas trajetórias de vida que rompem com a ideia do reprodutor e contador de histórias e sua compreensão do espaço. Essas trajetórias quando partem dos povos do campo, no caso deste trabalho o quilombo rural Nazaré o racismo estrutural e o patriarcado, temos que reconstruir essa história. Ou seja, usamos a história oral através de entrevistas como metodologia fez repensar um contra-espço, como uma forma da compreensão coletiva da comunidade e fazer uma história alternativa à história oficial, inclusive mais democrática, valoriza subjetividades subjacentes e resulta em fontes históricas legítimas, com reconstituições e representações do real, como bem afirma (SUCUPIRA, 2014).

Portanto, ao utilizarmos as entrevistas com quem atuou, vivenciou e ainda continua na luta, como o campesinato negro, os militantes ou intelectuais/intelectuais orgânicos e religiosos, aliada com uma abordagem quali-quantitativa, utilizando para as entrevistas a História Oral com ênfase nas trajetórias de vida dos entrevistados. Kofes (2001) define a

trajetória de vida como o processo de configuração de uma experiência social singular ou a “etnografia de uma experiência”. Nesse caso, as entrevistas têm a finalidade de compreender a trajetória de vida dos entrevistados e sua relação de luta e resistência atrelada aos movimentos dos quais participam.

Como afirma Pollak (1989): todas as histórias de vida devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade e não apenas como relatos factuais. Bem como, entendemos esses relatos, as lutas e resistências, espacializações e territorializações são reflexos dos processos históricos que ocorreram e ocorrem no Brasil, das relações sociais que transpassam classe, raça e gênero.

Mesmo em Comunidade Rurais Quilombolas como a de Nazaré o imaginário com relação aos grandes papéis geralmente, executados por homens, foi rompida a partir do momento em que, eles e elas passaram a lutar para construção da comunidade quilombola. Essa construção gerou problemas para ambas as partes no sentido que muitos quilombolas trabalham a partir da agricultura camponesa, com o processo de certificação e reconhecimento, tiveram que parar de produzir para Os Alves ainda com base nas relações de produção do sistema escravista, do pagamento da renda da terra, da obrigatoriedade dos dias de serviço por semana com diária por um menor valor.

O rompimento com essa forma de trabalho e produzir trouxesse muitas consequências para a produção e reprodução do espaço em que a comunidade se encontra, pois boa parte das terras ainda se encontra sobre posse dos Alves. As transformações aconteceram com a chegada da escola em 2018, que ainda estava sendo finalizada a sua construção. A escola dentro de um território quilombola fará com que a juventude possa estudar, e portanto, com conhecimentos trazer mais melhorias e alternativas a comunidade Nazaré.

O PREFEITO DE NAZARÉ: SEM MANDATO, MAS CARREGADO DE ANCESTRALIDADE

Em um dos lugares mais altos da comunidade e acesso íngreme e com rocha, próximo a plantações de cana de açúcar, onde poderia a ser antigamente um pequeno engenho, fica de um quilombola conhecido como o prefeito da comunidade. Neste lugar ele reside e tem suas plantações. Esse apelido carinhoso dado a esse senhor é um dos mais velhos da comunidade, faz parte de uma tradição de respeito pela figura ancestral masculina que ele representa e ao

mesmo tempo uma pessoa que teve grande função dentro das rotinas de trabalho naquele território.

A ancestralidade, legado comum nas comunidades quilombolas, faz parte de um contexto em que as mesmas se enxergam como uma grande família, em que um avança com ganhos sociais, não esquece de onde veio e volta para ajudar os que ficaram. A comunidade de Nazaré trata sobre ancestralidade sem ter que ficar terdizendo sobre a palavra. Aborda a temática com naturalidade, simplicidade.

Prefeito teve seis filhos, sendo quatro mulheres e dois homens. um dos filhos já havia morrido por um motivo que, em respeito ao próprio senhor e por ser um motivo delicado, acabou ficando de lado. Conhecer sobre sua história, sobre sua família, é também encontrar e ter que encarar de frente problemas, conflitos e feridas que não estão superadas, é inclusive compreensível a medida em que ele mudava de assunto e respondia muitas vezes com coisas fora de contexto sobre a sua vida. E aqui, é importante entender o processo dessa relação, em que o mesmo trabalha diretamente, apesar da idade, com o corte e o processamento da cana. É um reflexo das relações sociais de pouco menos que dois séculos atrás, entre escravizado e escravizador, o quão violento e constrangedor deve ser falar de uma história baseada em tanta opressão e exploração, o que ainda é uma realidade na vida dele, falar da sua família que era escravizada e logo humilhada pelos descendentes dos Alves, posseiros das terras.

O prefeito é um quilombola camponês, tem 71 anos, órfão, que sempre teve uma relação subalterna de gratidão a família dos Alves, ou seja, aos posseiros das terras, em sua juventude. O Prefeito desde criança trabalha na roça, na fase adulta incorporou a função carregar pessoas doentes, idosas ou até mortas, até Itapipoca numa distância de aproximadamente 13 Km, uma região serrana, portanto, área movimentada, logo, uma estrada acidentada com muitas subidas e descidas e curvas para acompanhar o relevo, o que tornar o caminhar em si difícil, imagine carregar uma pessoa numa rede em noite chuvosa e terreno escorregadio.

Quilombos rurais a exemplo como o de Nazaré, que ainda temos muitos em processo de fortalecimento da identidade quilombola, e por não estarem totalmente isolados ou decorrência de outros fatores histórico, como os resquícios isentos das relações de produção não capitalistas do sistema escravista brasileiro. O Prefeito, aos 71 anos, é um caso, que ainda trabalha no canavial em terras de um dos Alves, paga renda da terra com produção de cana, inclusive uma vez, contou ele, que aconteceu de entregar toda produção da cana já processada

em forma de rapadura para um dos Alves, o possessor da terra. O que demonstra, ainda no século XXI, o quanto está vivo na memória os resquícios do período antes de 1888.

AS MARIAS NEGRAS: A TRAJETÓRIA DE QUEM NASCEU DA RESISTÊNCIA

Maria tem 47 anos, seu tataravô foi um escravizado que fugiu do litoral em meados do século XVIII, durante o Ciclo do Couro ou da Civilização do Couro, denominação de Capistrano de Abreu, para o então Sítio Nazaré em terras de posse da família dos Alves.

De acordo com Malcher(2017):

“O protagonismo das mulheres quilombolas nas lutas coletivas busca garantir a permanência na terra”, é diferente de muitos debates entorno do papel da mulher se limitar aos trabalhos domésticos, pois, as mulheres negras passam por contato muito cedo em cumprir atividades braçais tidas como masculinas. (...)Na década de 2000, a temática ambiental, a regularização fundiária em desenvolvimento lento, a reforma política, a busca por compreender o papel do Estado Brasileiro, o racismo, a violência e bem viver fazem parte da agenda das mulheres negras, sem perder de vista sua ancestralidade” (p.105)

Maria cresceu com muitas dificuldades, uma realidade natural das comunidades quilombolas e, sobretudo, para as mulheres negras. Entretanto, não se abateu estudou as séries iniciais em casa com a mãe, que também teve adversidades e conseguiu ser alfabetizada pela dos Alves. Maria da 1ª até a 3ª série estudou na sede de Itapipoca, e nos anos seguintes teve que passar a morar com um tio na cidade durante a semana, em virtude dos deslocamentos diários casa, escola, casa que a obriga sair de Nazaré umas 3 da manhã e descer a serra à pé, sem iluminação, estradas esburacadas, e ir pra escola. Nesses anos iniciais na escola, ela constatou a quantidade de pessoas da comunidade que abandonaram os estudos, seja por causa do racismo que sofriam no ambiente escolar, da distância e obstáculos que era chegar até o local, dos professores que eram preconceituosos ou até mesmo por causa dos colegas de turma e da escola.

Logo cedo, foi preciso trabalhar de doméstica, que faz parte de uma realidade de subempregos designados a população negra, sobretudo para mulheres negras, e que é um dos resquícios de trabalho escravizado nas casas prestando serviço. Com isso, na juventude já conheceu as múltiplas jornadas: trabalhar, estudar, cuidar da casa.

Casou-se nova quando ainda estudava, porém, seu esposo não aceitava suas atividades de uma mulher negra insurgente que ali se mostrava, independente e passava pouco tempo em casa, consequência das tarefas da militância quilombola. Quando iniciou a faculdade de letras no período noturno em Itapipoca, trabalhava na docência durante o dia e

aprendeu na prática a dureza da profissão de ser uma professora mulher, negra e quilombola. Soma-se a isso as tarefas do cuidar da casa, da educação dos filhos, aliada ao trabalho de enfrentar, combater o racismo com valorização da identidade das comunidades quilombolas. Com o passar dos anos o conflito em casa com o marido aumentou. Ocorreu a separação. A partir de então, mulher negra, mãe - separada, professora, militante quilombola numa comunidade rural nos sertões semiáridos do Ceará em tempo integral.

Essa é realidade de muitas mulheres negras. Esse é o dia a dia de muitas Marias das Comunidades Rurais Quilombolas do Ceará e do Brasil que trazem no ventre da mãe África as memórias das resistências, para lutar pelos quilombolas. Em 1997 fundaram a associação de moradores, um passo importante no crescimento da autoestima enquanto quilombolas e o que desembocou em outras lutas futuramente, como a do reconhecimento e certificação pela Fundação Palmares, energia elétrica em 2006 e estradas melhores para viabilizar acesso entre o Quilombo Nazaré e a cidade de Itapipoca.

Em 2011, Maria foi eleita para compor a diretoria da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CONAQ), que tem como objetivo mobilizar as comunidades quilombolas rurais no Brasil, bem como, fomentar os debates políticos da autoafirmação, as relações sociais desiguais, o racismo estrutural, a regularização fundiária dos quilombolas rurais entre outros.

Não há romantismo em nenhuma das histórias de vida ou nas trajetórias dos quilombos ou das mulheres negras, o que acontece são construções concretas da sua identidade quilombola e ainda enquanto mulher camponesa. As mulheres negras historicamente são sobrecarregadas das tarefas domésticas, no campo, no trabalho, bem como são forçadas nas labutas duras, cruas e cruéis da vida dos escravizados. Em diálogo constante com as outras comunidades, percebemos que as mulheres negras são as primeiras na busca por direitos, por dignidade. A Maria do Quilombo Nazaré, ainda, usa parte do seu salário nas atividades políticas da Comunidade e de outros quilombos.

Considerações finais

Os Quilombos rurais do Ceará estão em um processo de recontar sua história a partir das suas vozes, já que esses anos todos foram contadas por outros, e com isso, sendo silenciadas e invisíveis. As Comunidades Rurais Quilombos no Ceará têm diante de si uma luta na busca pela emissão do título de suas terras, ou seja, o reconhecimento pelo Estado brasileiro do seu território

A Comunidade Rural Quilombola Nazaré não está deslocada da realidade nacional dos quilombos que diariamente enfrenta racismo e preconceitos, conflitos pela posse e uso da terra com os herdeiros da família dos Alves que são os descendentes dos seus antigos escravizadores. O Quilombo muito já fez. Entretanto, muito mais, ainda, há para ser feito até conseguir o título definitivo das terras do outrora Sítio Nazaré

As mulheres negras aparecem como catalisador nas lutas por direitos nas comunidades quilombolas e para a população negra no geral. Não há ambições para projetos individuais, muito pelo contrário, é uma forma manter a cultura ancestral e garantir o modo vida e ser quilombola rural. As mulheres negras do campo ou da cidade carregam no sangue a índole da valentia da Ginga de Angola.

Registrar as formas de resistências que os quilombolas enfrentam no tempo e no espaço, sem esquecer as experiências específicas, diferenciadas das Marias e dos Prefeitos. Pessoas negras que fizeram parte de uma rede solidária de afeto e fortalecimento dentro e fora da comunidade, que tem clareza de que ainda é pouco, que se pode bem mais, que as conquistas até agora representam uma fração do todo. Que essas conquistas para além de acrescentar o sentimento de que se pode mais, que ser quilombola faz parte de um passado, que está presente e que traçará o futuro aos que virão. “É a volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar”, como ensina Geraldo Vandré na música Aroeira. É a revolta dos que durante muito tempo foram silenciados, mas que assim como seus ancestrais resistiram, há muito o que vir.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; SAMPAIO, José Levi Furtado; FÉLIX, Francisco Kennedy Leite; MATOS, Helaine Saraiva. **O Pulsar da Vida no Campo: Fetraece 50 anos**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2013.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANJOS, R. S. A. **Cartografia e Quilombos: Territórios étnicos africanos no Brasil**. AFRICANA STUDIA, Nº 9, 2006, Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP).

DOS SANTOS GOMES, Flávio. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015.

GOMES. Laurentino. **Escravidão**. volume 1 - 1ª.ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES; Ana MARIA. Um defeito de cor - 18ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

HEYWOO; Linda M. Tradução Soares; Pedro Maia. **Jinga de Angola: A rainha guerreira da África**. São Paulo: Todavia, 2019

KOFES, Suely. **Uma Trajetória em narrativas**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

KOFES, Suely; MANICA, Daniela. **Vida & Grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Formação e territorialização quilombola no estado do Pará**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 9, n. 23, p. 57-81, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SAMPAIO, José Levi Furtado; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira (Org.). **Espaços, Natureza e Resistências Camponesas no Nordeste**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade – 1ª.ed.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018

SOBRINHO, José Hilário. **Catirina, mina nêga, tão querendo te vende: escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX**. Fortaleza: SECULT/CE, 2011

SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

SUCUPIRA, T. G. **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Panorama Quilombola**, 2017. Disponível: <<http://www.incra.gov.br/pt/quilombolas.html>> Acesso: 22, de maio de 2020.

Informações sobre os autores:

Carlos Wellyson dos Santos Aguiar

Graduando em Geografia modalidade licenciatura na Universidade Federal do Ceará e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) através da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) car.wellyson@gmail.com
OrcID: 0000-0002-4021-8819

Anne Catherine Ferreira dos Santos

Geógrafa graduada na Universidade Federal do Ceará -anne01catherine@hotmail.com
OrcID0000-0003-4195-2932

Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - famaro.ufc@gmail.com
OrcID0000.0003.3924.4363

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020